

Reflexões Feministas

#3



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO FEMINISTA E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS INCLUSIVOS

Abiola Akiyode-Afolabi

A participação política das mulheres tem sido uma prioridade na agenda dos Movimentos das Mulheres. Mas o discurso predominante sobre a participação política e a igualdade de gênero centrarse demasiadas vezes em levar os corpos das mulheres a cargos políticos. Confia-se que a participação formal ou numérica nas instituições estatais conduza automaticamente à representação substantiva de interesses e ao aprofundamento da democracia. Contudo, não se tem em conta a necessidade de “aprendizagem política” e de organização das comunidades de interesses. As exigências políticas são construídas colectivamente, são criadas alianças, as coligações são formadas e as táticas de envolvimento são partilhadas.

Este artigo oferece uma visão abrangente da participação política das mulheres para além da representação formal e discute os obstáculos para uma representação substantiva das mulheres e das agendas feministas na arena política. Inspira-se nas discussões do Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção e destaca os pré-requisitos para a organização feminista e a redefinição de como podem ser criados espaços democráticos inclusivos.



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, ORGANIZAÇÃO FEMINISTA E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS INCLUSIVOS

No passado recente, o contexto da participação política das mulheres foi concebido como “mulheres a requerer assentos à mesa onde são discutidas as políticas públicas.” Dada a lentidão com que o número de mulheres na política está a aumentar, as quotas são, em muitos países, o mecanismo de selecção para pressionar por um maior equilíbrio de género nas instituições políticas. De acordo com a Base de Dados do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), mais da metade dos países do mundo usam quotas eleitorais para os seus parlamentos. (IDEA, 2020). Embora o sistema de quotas represente um salto qualitativo “para uma política de objectivos e meios exactos”, a discussão sobre os processos políticos equilibrados em género e a inclusão das mulheres deve ir além dos números ou da participação das mulheres nos parlamentos (Ballington et al., 2005). O pressuposto de que a participação

formal ou numérica nas instituições do Estado ocasionaria automaticamente a representação dos interesses das mulheres e o fortalecimento da democracia tem-se revelado insuficiente. Implicitamente, e em termos concretos, as quotas não têm conseguido abordar os factores responsáveis pelo fecho do espaço para as mulheres.

A análise das experiências dos países mostra que existe uma superestrutura que determina as oportunidades das mulheres na política e o limite das suas aspirações. Infelizmente, essa estrutura não pode ser eliminada por uma mera quota. O facto de as mulheres se sentarem à mesa não indica necessariamente uma representação e participação real, que contribui para a igualdade de género ou com impacto sob muitas mulheres. É preciso mais do que apenas a presença das mulheres na política para que a complexidade das

desigualdades de género seja integralmente abordada nas políticas. As políticas e leis na maioria dos países Africanos podem parecer favoráveis à participação das mulheres. Isto, na realidade, é frequentemente apenas cosmética.

Académicas feministas questionam a presença política das mulheres. Como é o caso de Cynthia Enloe no seu livro “Bananas, Praias e Bases”¹ (Enloe, 2000), que investiga histórias de mulheres e descreve as suas actividades, acções, silêncios e protestos. A sua análise mostra que as mulheres são visíveis se se optar por aceitar a sua presença de uma forma que permita que esta contribua concretamente para resultados observáveis. É também urgente compreender a limitação causada pela dependência excessiva no sistema das quotas à marginalização das mulheres no domínio público, e particularmente na esfera da tomada de decisões, no contexto do que Rottenberg identificou como o “Feminismo Neoliberal” (Rottenberg, 2018). Para além dos espaços políticos, as mulheres organizam-se noutras esferas. Portanto, para abordar a desigualdade e a marginalização das mulheres na sociedade, é fundamental valorizar os espaços de participação e o papel que as mulheres desempenham e que podem desempenhar na organização de vozes através

desses espaços. A presença visível deve ser conjugada com a influência que pode transformar a simples representação formal em presença fundamentalmente substantiva. Esta mudança é mais sustentável e pode tornar os espaços de tomada de decisão mais democráticos, inclusivos e justos em termos de género.

Da representação formal à substantiva

Paxton e Hughes (Paxton & Hughes, 2007) definiram a representação igualitária das mulheres de três formas: representação formal, descritiva e substantiva.

a) Representação formal: A forma mais comum de representação é a igualdade formal, que é frequentemente instituída por lei. Pressupõe-se que as pessoas elegem os representantes com base nas suas opiniões políticas ou nas suas competências. Para além de isto não se ter efectivamente concretizado em muitas democracias em desenvolvimento, globalmente, as mulheres são frequentemente excluídas dos cargos electivos devido a questões não relacionadas com as opiniões políticas e competências individuais.



Na década de 1980 e 1990, houve iniciativas dos movimentos feministas e de activistas no sentido de corrigir os desequilíbrios de género em todo o mundo. Nessa altura, a Plataforma de Acção de Pequim atribuiu 30% de acções afirmativas para a participação política das mulheres. Este período foi marcado pelo desenvolvimento das constituições em África, com a maioria das constituições a adoptar acções afirmativas como uma medida temporária para abordar as lacunas na participação política das mulheres. Por

1 Título Original: Bananas, Beaches and Bases

exemplo, na constituição de 1995 do Uganda foi adoptada a quota de género para corrigir os desequilíbrios históricos que as mulheres naquele país sofreram ao longo do tempo. O mesmo aconteceu nas constituições da Eritreia e do Ruanda. Em vários outros países, também existem cláusulas para a inclusão formal das mulheres nos estatutos dos partidos políticos.

Em 2010, o Quénia alterou a sua constituição introduzindo uma regra de género de dois terços para aumentar a paridade nos órgãos legislativos nacionais e inferiores. O artigo 81 da constituição do país afirma que nenhum dos sexos deve ter uma representação superior a dois terços nas assembleias legislativas nacionais e locais. No entanto, existem preocupações sobre a implicação desta meta para a representação das mulheres. O relatório das eleições gerais de 2013 mostrou que apenas 20% dos candidatos eram do sexo feminino, o que significa que as mulheres ainda enfrentam vários obstáculos que as impedem de obter a presença constitucionalmente desejada, apesar do princípio formal de igualdade. Um desses obstáculos é o carácter violento da política intrapartidária, onde as mulheres estão sob constante pressão para provar a sua capacidade (Berry et al., 2020). Além disso, em vez de debater as causas políticas como os seus camaradas homens, muitas vezes têm de despende a sua energia na luta contra os ataques pessoais. (Pode uma mãe solteira ser candidata? Estaria o divórcio está a afectar a popularidade? Como é que uma mulher sem marido pode representar o país? etc.). O ambiente e as estruturas dos partidos políticos muitas vezes prejudicam a participação activa das mulheres. Há uma mentalidade de “Ele por Ela” dentro dos partidos, onde os homens se sentem no direito de falar em substituição das mulheres sobre as mulheres, e de determinar o que acontece com as mulheres. Em geral, faltam espaços seguros para desenvolver a luta política com outras mulheres. A única entidade dentro

dos partidos políticos são as alas femininas, que muitas vezes excluem as mulheres da política do poder e marginaliza-as em vez de as representar. A experiência das mulheres na política indica claramente que a igualdade é obstruída pela forma patriarcal como o poder organiza as instituições da democracia representativa (FES, 2019).

No Ruanda, as mulheres representam 68% dos deputados parlamentares. A constituição do país garante a acção afirmativa como forma de inclusão do género na política. Embora o sistema político do país incentive as mulheres a participarem das eleições parlamentares, as mulheres ainda são nomeadas para os cargos inferiores determinados pelo patriarcado do Estado. Frequentemente, a inclusão das mulheres depende do “apadrinhamento” de homens benevolentes, que aconselham, apoiam e manipulam as mulheres “incluídas” (McCrummen, 2008). As mulheres da quota geralmente desempenham funções simbólicas. Como o sistema eleitoral ruandês é baseado no voto partidário e não no voto popular, muitas mulheres são mantidas reféns da vontade do partido. Existe um elo em falta entre as mulheres na política e as mulheres nos movimentos feministas. Assim, a questão fundamental é: se a acção afirmativa aumentou a representação das mulheres no parlamento, de que forma é que isso se traduziu em melhorias no estatuto e na vida das mulheres? Uma percepção sobre isto é fornecida pelo argumento de McCrummen de que, apesar de as mulheres serem mais numerosas do que os homens no actual governo do Ruanda, “elas estão no poder, mas sem poder” (McCrummen, 2008), uma vez que o poder real no Ruanda está centralizado em torno da presidência. De forma a incentivar uma governação que promove a igualdade de género, as mulheres no Estado devem tentar definir a agenda (feminista), desenvolver mecanismos e processos de responsabilização mais consistentes entre o estado e as organizações feministas para

participar em espaços funcionais de tomada de decisões políticas. Este vínculo está sem dúvida em falta (Delvin & Elgie, 2008).

b) Representação descritiva: A segunda forma é a representação descritiva, que cria um vínculo entre a representação e o círculo eleitoral. Nesta forma, o número de mulheres é disposto no contexto de interesses e círculo eleitoral. Portanto, os sistemas eleitorais favorecem a eleição de mulheres com listas partidárias, representação proporcional (PR) e círculos eleitorais de grande magnitude. Este sistema é menos competitivo do que os sistemas majoritários baseados em círculos de um só membro. Num sistema de membro único, uma mulher é colocada numa categoria como a primeira opção do seu partido para participar da eleição. Além disso, num sistema de representação proporcional com grandes círculos eleitorais, uma mulher pode ser colocada mais abaixo na lista do partido e ainda assim ser eleita (Matland & Brown, 1992). Arnesen e Peters (2017) analisaram a vantagem da representação descritiva e as questões de legitimidade. No entanto, esta explicação também sustenta que a representação proporcional tende a favorecer os sistemas partidários com muitos partidos e significa uma maior possibilidade para novos partidos entrarem na arena parlamentar. Várias análises indicam que mesmo nos casos em que a representação descritiva está consolidada, isto não se traduziu em melhores condições de vida e em ganhos substanciais para a população do sexo feminino (Lena Wangnerud, 2009).

c) Representação substantiva: De acordo com Paxton e Hughes, a terceira forma de representação é substantiva, que salienta a necessidade de as mulheres agirem por si próprias e não serem representadas por terceiros. Não pode haver igualdade se as mulheres não falam e agem por si próprias e

não se sentam à mesa da tomada de decisões (Paxton & Hughes, 2007). Para além de ter maior legitimidade do que a representação formal e a representação descritiva, esta forma de representação também produz resultados mais positivos. Bratton e Ray (2002) expõem que o número de mulheres nos conselhos municipais Noruegueses influenciou positiva e progressivamente a provisão de cuidados infantis (uma política que foi descrita como sendo de maior importância para as mulheres do que para os homens).

A representação substantiva é fundamental para a reflexão da organização feminista e para a concepção de políticas inclusivas. A representação das mulheres deve ir além dos números se a intenção for a promoção da “inclusão”, de desenvolver a hipótese de as mulheres reconhecerem a sua dignidade e liberdades no espaço público e, fundamentalmente, para participarem na elaboração da agenda política. A participação e representação devem reflectir os interesses não apenas de uma elite de mulheres, mas também das mulheres definidas por diferentes identidades e localizações, por pertencerem a várias classes sociais e grupos étnicos ou outras formas de intersecção. Este tipo de representação só é possível num contexto institucional que respeita e promove os valores democráticos inclusivos.

No entanto, uma questão essencial para os grupos feministas, e que deve ser abordada na busca de uma reformulação mais radical do espaço democrático e do Estado, é como uma configuração distinta de organização das mulheres poderá transformar os espaços dominados pelos homens e convidativos ao patriarcado para a tomada de decisões políticas. Embora os regulamentos relativos às quotas femininas ou as disposições para a igualdade de género nas constituições e



leis nacionais sejam de grande importância para lidar com a disparidade injusta no que diz respeito à representação política, há uma necessidade ainda maior de mecanismos alternativos para impulsionar uma agenda feminista no espaço político, para desafiar o actual sistema político, para organizar a resistência e construir novos espaços democráticos (McCrummen, 2008). Isto também é relevante no contexto da ascensão do feminismo neoliberal, que se está a tornar proeminente no discurso público e a distorcer ainda mais o debate sobre a emancipação das mulheres, ameaçando assim o papel tradicional da agenda feminista como um movimento pela justiça social. As “feministas neoliberais” são feministas de classe média frequentemente ligadas a ideais capitalistas, com pouca preocupação pelas necessidades das pessoas ou das mulheres que afirmam representar.

Desafios enfrentados pelas mulheres nos espaços políticos superficiais

Um rápido olhar para a realidade da representação das mulheres nos parlamentos mostra que as quotas políticas de género não se traduzem automaticamente numa configuração de poder a favor das mulheres. As mulheres ainda podem ser excluídas da política de outras formas, mesmo quando o Estado adopta acções afirmativas. Portanto, é necessário criar medidas políticas para a inclusão das mulheres, que tomem em conta as diferenças das mulheres e que eliminem o domínio estrutural patriarcal das instituições políticas. Abaixo apresenta-se exemplos de métodos de exclusão que afectam as mulheres nos chamados espaços políticos vividos em diferentes países Africanos.

a) **Táticas de exclusão do sistema eleitoral:** Na Nigéria, por exemplo, o sistema de governação de 2006, dominado pelo sexo masculino, adoptou a Política Nacional de Género de 2006, que estipula 35% de Acção Afirmativa, tanto para os cargos de nomeação como para os cargos electivos dos ramos Executivo e Legislativo do governo. Isto aconteceu apesar de alguns partidos políticos terem adoptado medidas diferentes para aumentar a participação das mulheres. Nas últimas três eleições, as candidatas do sexo feminino foram isentas do pagamento da enorme soma de dinheiro exigida para os formulários de indicação. No entanto, conforme observado por Iyare, a taxa de nomeação é “uma pequena gota no oceano, pois são ainda necessários enormes recursos para transportar e entreter os apoiantes, contratar capangas (thugs), subornar e fazer todo tipo de coisas que são particularidades típicas da política masculina” (Akiyode & Afolabi, 2003).



A situação da Nigéria é complexa. A marginalização das mulheres na arena política tem sido documentada por escritoras feministas (Pereira, 2003). A frustração das mulheres na política levou a várias tentativas de criação de um partido político feminino. A primeira tentativa foi em 1960-1966. Mas o progresso tem sido difícil numa sociedade patriarcal, onde as normas de género e a religião até proibiam as mulheres da parte norte da Nigéria de votarem até 1979, cerca de dezanove anos após a independência do país. Em 2005, as mulheres organizaram-se em torno de um partido político controlado e formado por mulheres - National Democratic Equality (NADEV). O entrave da legislação e dos processos eleitorais impediu as mulheres de desfrutarem da oportunidade de avançar com a sua agenda.

Além do desafio da organização, o desafio colocado pela metáfora de raiz também desempenhou um papel decisivo. Muitas mulheres cresceram com a noção de que é raro as mulheres ambicionarem o mesmo papel de liderança dos homens. A tendência, portanto, é que quando essas mulheres têm espaço para contestar o poder, facilmente se conformam com o domínio masculino, como foi o caso na primeira república da Nigéria, que embora tivessem o seu partido, decidiram não contestar cargos importantes. Pereira (Pereira, 2003) faz alusão ao carácter discriminatório da Constituição Nigeriana, por retratar uma norma masculina. A constituição Nigeriana de 1999, que deu origem à quarta república e ao fim da ditadura militar, está repleta de pronomes masculinos sobre cargos estratégicos no país, quase sem fazer referência a pronomes femininos.

Em tempos mais recentes, a falta de uma identidade sólida ou inequívoca para as mulheres na política que, por sua vez, se manifesta na tendência da maioria das mulheres políticas a assumir o estatuto de homens honorários, também roubou às mulheres a identidade única necessária para uma acção afirmativa significativa (Aremu, 2004). Na Nigéria, a proporção de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais é



insuficiente, 3,38%, e principalmente resultante das eleições de 2019.

Normas sociais e papéis de género: A exclusão das mulheres em posição de liderança remonta à era pré-capitalista, especificamente conforme as fases da produção agrícola se tornaram norma. Formaram-se povoados, e, devido à produção agrícola nesses povoados, ao contrário às práticas migratórias anteriores entre seres humanos, surgiram excedentes. Reconhecendo que as mulheres tinham um trabalho substancial na reprodução, a sociedade emergente instintivamente excluiu as mulheres da produção agrícola e da caça. Com o tempo, isso passou a ser a norma. No seu livro “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”², Friedrich Engels explica o processo através do qual os papéis biológicos das mulheres na reprodução foram reconhecidos na divisão do trabalho na sociedade anterior (Engels, 1884). Ao longo do tempo, isto seria reconstruído num mito e reivindicação da superioridade masculina, que Eleanor Leacock, no seu trabalho “Mitos da Dominação Masculina: Uma Colectânea de Artigos sobre as Mulheres numa Perspectiva Transcultural”³, mostra a inexistência de uma análise histórica ou antropológica dos factos.

A exclusão das mulheres em África foi instituída por uma longa história e pode ainda ser explicada pela tradição, religião e concepção de papéis. As mulheres Africanas, mais do que outras em regiões semelhantes em todo o mundo, sofreram repressão. No entanto, a história oral fornece testemunhos de mulheres a desempenharem papéis fundamentais em diferentes períodos da história: política, religião ou construção da nação, militar ou guerras de libertação. Em locais onde existiam estruturas duplas de governação, as mulheres e os homens partilhavam espaços de administração da vida do seu povo. O descrédito do papel

² Título original: The Origin of the Family, Private Property and the State

³ Título original: Myths of Male Dominance: Collected Articles on Women Cross-Culturally

que as mulheres desempenhavam pode ser identificado na história de alguns reinados e religiões de muitas sociedades. Mesmo nos espaços religiosos, a redução das mulheres a devotas é um facto recente, a avaliar pela forma como o papel das mulheres é retratado na arte e na literatura primitiva dos povos de África, as fontes mais fiáveis da história Africana.

É em resultado deste e de outros factores que a hegemonia masculina prospera nas esferas políticas. A cultura de género é feita de uma teia de ideais, significados e valores sociais com conotações de género (Pfau & Effinger, 1998). Sem uma cultura de igualdade de género no espaço político e social, as mulheres não terão oportunidades de ascensão social (Inglehart & Norris, 2003).

b) Economia política do poder e política partidária:

Os partidos políticos são amplamente encarados como um conjunto hermético que não é inclusivo. A natureza da maioria dos partidos políticos em África não é programática.



Os partidos não estão associados a uma agenda ideológica específica para a melhoria do bem-estar e desenvolvimento humano. A política partidária é antes uma questão de concorrência e de acesso a benefícios. Como tal, os partidos políticos não são muito atractivos para as potenciais militantes femininas, que querem avançar com as agendas colectivas. A maioria dos partidos políticos evidentemente não tem uma agenda para a igualdade de género. As mulheres não são vistas e não são ouvidas. A sua participação limita-se à ala feminina, para desempenharem o papel de líder da claque (cheerleader) no jogo político-partidário para manipular o espaço político. Por vezes, os homens promovem algumas mulheres que podem servir os seus interesses. Assim, como acontece na maioria dos países Africanos, os partidos políticos carecem de estrutura para aumentar a participação política das mulheres de forma eficaz. Na Nigéria, o partido político no poder, All Progressives Congress (APC), na sua convenção nacional realizada em Junho de 2018, elegeu apenas uma mulher para o seu comité de trabalho nacional de 21 pessoas, para a posição de Líder Nacional Feminina. O Partido Democrático do Povo (PDP), principal partido da oposição, na sua convenção nacional realizada em Dezembro de 2017, das 18 pessoas eleitas para o comité nacional de trabalho do partido tinha apenas uma mulher, também como Líder Nacional Feminina. O propósito da criação destes papéis é inequívoco e auto-explicativo. Não é substancialmente para a inclusão das mulheres, mas sim para a mobilização dos votos das mulheres. O carácter das mulheres que ocuparam estes cargos nos principais partidos políticos da Nigéria também reflecte a intenção real. Mesmo no seu elemento mais radical, estas mulheres assemelham-se às “feministas maternas” com a noção antiquada e moralista de “A perspectiva de vida das mulheres é salvar, cuidar e ajudar. Os homens fazem as feridas e as mulheres fazem os curativos.”

É imperativo gerar uma consciência crítica nas mulheres parlamentares através de campanhas

e lobbies feministas para contestar as atitudes e estruturas conservadoras, antifeministas e heteronormativas. Os espaços exclusivamente para mulheres, que permitem o diálogo entre as mulheres parlamentares, e as mulheres parlamentares e as cidadãs, podem ser um mecanismo importante para erradicar o sistema patriarcal dominante nas relações e interacções pessoais / políticas (Tripp, 2003).

A crescente violência e a monetização da disputa política são um imenso obstáculo para as mulheres que ingressam no espaço político. Na Nigéria, assim como noutros países Africanos, a política vai a par com a busca pela acumulação da riqueza, e a inerente subsistência e sustentação das elites. Como tal, a política favorece apenas aqueles que cumprem as regras do jogo. Conforme afirmado, e bem, por um activista nigeriano, “a política partidária é um grande investimento comercial no país (...) só quem está pronto para ganhar a todo o custo é que tem direito a ingressos para a festa” (Akiyode & Afolabi, 2003).

c) A política neoliberal falha na agenda feminista:

A transformação neoliberal na política Africana, que vem a ocorrer desde a década de 1990, tem vindo a produzir e a reproduzir um Estado incapaz de proteger os interesses das mulheres e das pessoas, e inapto a encorajar a inclusão de uma participação política significativa.

Na última década, os países da África Subsaariana viram taxas de crescimento do PIB de cerca de 6 por cento, algumas até superiores. Este crescimento e evolução do investimento tem vindo a ocorrer por várias razões, incluindo melhores condições económicas, a liberalização e melhoria do clima empresarial, a estabilidade política, maior cooperação regional e inter-regional e crescente demanda devido ao aumento da mão-de-obra e uma classe média em expansão. No entanto, o interesse contínuo no desenvolvimento capitalista significa que estas mudanças não se traduzem em impactos significativos e a longo prazo nas vidas da vasta maioria dos Africanos ou nas suas condições de pobreza e de precariedade (Dicks, 2019).

As políticas de género são amplamente aplicadas, de forma superficial, sem contestarem qualquer status quo ou a actual distribuição de poder e de acesso aos recursos. A participação das mulheres e a representação dos interesses femininos só pode progredir se houver uma ruptura com a lógica da acumulação capitalista do estado neoliberal. A tomada de decisões deve envolver uma permuta negociada entre o Estado, o mercado e a sociedade civil. Tem-se argumentado que o cenário político está repleto de histórias da dominação masculina e que o modelo de política é masculino. O jogo da política é definido e dirigido pelo sexo masculino. Conforme observado por Okeke, “a existência do modelo dominado pelos homens resulta na rejeição, pelas mulheres, da política no seu todo ou na rejeição da política do estilo masculino” (Okeke, 2003).

Como parte das estratégias para aumentar a participação feminina na política, é fundamental que as mulheres sejam mobilizadas para resistir à feminização da pobreza e resistir às políticas induzidas impostas pelas agências financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. É importante fazer esforços conscientes para criar um vínculo na luta das mulheres pela participação e



resistência à violência económica que a maioria das políticas económicas actuais proclamam. A mobilização e a vigilância também são estratégias face à ascensão do conceito feminista neoliberal, que é excludente na sua insistência do equilíbrio e da responsabilidade pessoal, pois minimiza as barreiras estruturais contra as oportunidades de crescimento e de desenvolvimento das mulheres, mas projecta a ideia do aprimoramento pessoal em resposta à marginalização. Isto está de acordo com os fundamentos da ideologia neoliberal, que destacam o triunfo individual sobre o crescimento colectivo, os processos de inclusão e de exclusão selectiva para os pobres e, particularmente, para as mulheres (Miraftab, 2004). Conforme destacado por Lea Sitkin (Sitkin, 2017) “O feminismo neoliberal promete liberdade, mas apenas substitui um meio de coerção (autoridade patriarcal tradicional) por outro (o mercado).”

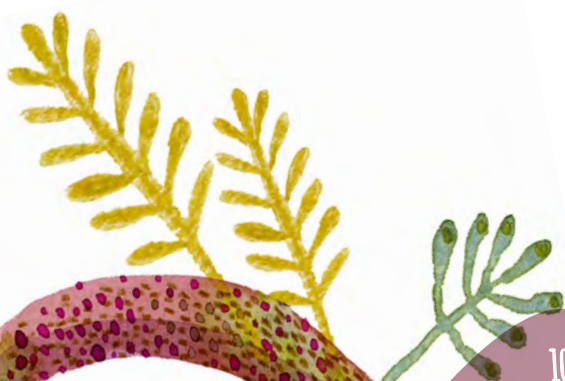
Uma compreensão mais holística da participação

A participação política trata da inclusão das pessoas nas decisões essenciais da sociedade. Se houver participação sem

a representação de todas as camadas da sociedade - incluindo as mulheres em todas as suas diversidades (ricas, pobres, heterossexuais, homossexuais, com filhos, sem filhos, jovens, velhas, com formação académica, sem formação académica, com e sem deficiência) - para colocar todas as vozes à mesa e tomar decisões inclusivas e justas. É uma ideia revolucionária que as instituições do Estado democrático devem ser orientadas pela igualdade, equidade e justiça, e que o próprio povo pode modificar o sistema político de forma que este possa beneficiar todos, mas em particular os menos privilegiados.

Neste contexto mais amplo de participação e transformação, o feminismo pode contribuir de várias formas. Na arena política, a análise feminista pode ajudar no desmantelamento da discriminação contra as mulheres e a aumentar o discurso político; a luta para aumentar a participação e a ocupação das mulheres em cargos de tomada de decisão - não apenas quantitativamente, mas para transformar a natureza dos sistemas de tomada de decisão e torná-los mais inclusivos; a participação política das mulheres e a sua consciência radical podem responsabilizar a política e mudar a forma como as decisões são tomadas. As feministas falam sobre as questões reais e não de forma “politicamente correcta”, burocrática e inofensiva.

Na esfera das políticas públicas, as análises feministas podem analisar as injustiças do sistema económico actual e a levar a políticas económicas e sociais alternativas que tenham em vista os interesses das mulheres e da classe trabalhadora. As políticas devem investir nas mulheres, no seu acesso à terra, nas suas oportunidades e na sua liberdade. As ideias feministas podem melhorar a qualidade de vida e de convivência, melhorar a desigualdade e a liberdade de viver uma vida com dignidade e autodeterminação (económica).



Na esfera social, o feminismo tenta desconstruir os papéis de género e promover o conhecimento público sobre os direitos, interesses e necessidades das mulheres. O feminismo ajuda a superar a imagem pública das mulheres (principalmente Africanas) como vítimas impotentes e sem poder. Existem mulheres nas comunidades tradicionais que são distinguidas nas suas comunidades e que têm o poder de convocação. Algumas destas mulheres pertencem a associações de mercado, influenciam positivamente as comunidades, e são fortes líderes de opinião. Podem não ocupar nenhum cargo, mas estão a mudar muita coisa.

É necessário mudar a percepção de que a única forma de participar na política é a filiação a um partido político. A política inclui todas as actividades relacionadas com a tomada de decisões em grupo e outras formas de relações entre os cidadãos, como seja a distribuição de recursos ou estatuto. Um bom exemplo disto é a experiência da participação política das mulheres na Hungria, onde a realidade do feminismo neoliberal e do acordo multipartidário não garantiu a representação adequada das mulheres no governo nem a possibilidade de as preocupações das mulheres serem assuntos de destaque no discurso político e económico. Embora haja a ideia que o surgimento do “estado feminista”, por volta de 1951, não tenha resultado na transformação do poder político a favor das mulheres, conforme previsto, a mudança de 1989 para um sistema multipartidário restringiu ainda mais a possibilidade da conquista da igualdade para as mulheres. Nesta altura foi registada uma perda maciça em termos de conquistas sociais, anteriormente alcançadas pelas mulheres. “As mulheres tornaram-se o grupo que mais perdeu, conquistando menos nas áreas da saúde, educação, emprego, segurança social e cuidados infantis, para citar apenas algumas.” (Gurmai & Bonifert, 2004). Portanto, quando se fala da participação das mulheres na política, não nos podemos esquecer das mulheres que constroem a sociedade, que estão efectivamente a

participar em diferentes estruturas da sociedade para mantê-la activa e em funcionamento. Isto também inclui o reconhecimento do trabalho feminino, salários dignos, segurança social, melhoria da saúde reprodutiva e das condições de vida das mulheres e o acesso a serviços públicos de qualidade.

Negociação e redefinição do espaço democrático

A noção conceptual do espaço mostra como este é orientado em função do sexo e altamente politizado como um recurso social em todas as sociedades. Ao longo da narrativa humana espaços específicos tem sido culturalmente, religiosamente e politicamente assinalados como “masculinos” ou “femininos”. Os espaços femininos estavam, e ainda estão, maioritariamente ligados às funções de reprodução e de alimentação em todas as sociedades humanas. (Geisler, 1995). Os espaços ditos públicos são considerados masculinos. Durante séculos, os homens excluíram as mulheres do espaço público, onde são deliberadas e implementadas todas as decisões críticas relacionadas com o poder.

De forma a contestar a hegemonia das estruturas patriarcais na política e na vida, as mulheres devem ocupar todo o tipo de espaços públicos com a agenda de promover a justiça entre os géneros e orientar mudanças transformadoras. Neste contexto, os espaços públicos são exibidos a partir de posições do poder político, pois a divisão entre os espaços públicos e privados é artificial. O patriarcado deve ser redefinido em todos os espaços. A herança colonial continua a definir os espaços públicos e, no contexto Africano, as instituições



não devem ser negligenciadas. Como tal, é fundamental resolver as práticas políticas liberais de exclusão das mulheres, nas quais as actividades políticas e a acção das mulheres nos bairros de base e nos grupos comunitários, aqueles que estão mais facilmente acessíveis às mulheres e onde elas são mais eficazes, são ignorados. A resposta à exclusão das mulheres e à sua aspiração pela verdadeira e abrangente emancipação política, cobrindo todos os espaços relevantes necessários para a real inclusão das mulheres na esfera pública, ou seja, política e económica, vai exigir a mobilização ao nível local através do espaço criado (*invented space*), que desafia o status quo na expectativa de uma mudança social mais ampla e resistência à relação com o poder dominante. Embora não se deva desincentivar a adopção do espaço convidado (*invited space*), que depende da legitimação do Estado, as verdadeiras feministas devem destacar, explorar e promover o espaço criado, que deriva a sua legitimidade da sua invenção e ocupação pelas comunidades locais. É impulsionado pela acção colectiva, através da qual podem confrontar directamente o status quo.

Na última década, surgiram novas formas de protesto e de organização pública por parte de cidadãos descontentes. Grandes marchas, que mobilizaram muito além das tradicionais coligações activistas, e.g., contra a violência contra as mulheres (*#TotalShutDown*), pela justiça climática (*#FridaysForFuture*), e contra os caprichos do capitalismo financeiro (*#Occupy Wall Street*), (*#metoo*) influenciaram o cenário político. Além disso, os espaços virtuais tornaram-se mais importantes. O seu crescente impacto na geração da opinião pública coloca-os no mapa das estratégias feministas de organização. Os espaços virtuais podem ser instrumentos funcionais de organização em massa, campanhas e partilha de informações, mas também podem ser relativamente superficiais em conteúdo, portanto, devem ser usadas politicamente.

Conclusão

O que deve ser feito para promover uma agenda feminista na esfera da participação política? Que lições foram tiradas com o aumento do envolvimento formal das mulheres na política? O que dificulta uma representação substancial e a inclusão de agendas feministas na arena política? E como é que se pode modificar os espaços dominados por homens e convidativos ao patriarcado para a tomada de decisões políticas?

Uma lição fundamental das várias abordagens de desenvolvimento adoptadas por feministas é abordar os obstáculos estruturais dentro do Estado em relação às agendas redistributivas. Os “espaços seguros” são fundamentais para o desenvolvimento de uma análise e de estratégias favoráveis para uma luta conjunta. É necessário reorganizar espaços feministas dentro dos movimentos e dos partidos políticos, onde as mulheres se possam unir e construir colectivamente agendas de interesse comum. Até agora, os políticos do sexo masculino continuam a dominar até mesmo os espaços políticos destinados às mulheres, através de políticas estruturais e institucionais. As mulheres que assumem uma posição feminista e que negociam mudanças institucionais patriarcais podem ser exigentes o que pode dar origem à marginalização política, ou ainda criar divisões entre diferentes grupos de mulheres devido a afiliações e alianças políticas (Hassim, 2002).

Portanto, o movimento feminista tem um papel fundamental no desenvolvimento de uma agenda política: o da emancipação de todas as mulheres da servidão e da exploração patriarcal. Algumas das estratégias a serem adoptadas incluem:

Construir comunidades de interesse: as lutas feministas devem ser “enraizadas”

(preparadas a partir de baixo). As experiências com correntes feministas e o intercâmbio solidário feminista entre movimentos têm sido bons exemplos da criação do vínculo e da aprendizagem colectiva com as experiências de outras mulheres. Estes ambientes funcionam como “incubadoras” de ideias e consciências radicais, que são a base das nossas lutas. A criação destas “incubadoras” em aldeias, escolas / universidades, sindicatos, partidos políticos, instituições públicas, etc., pode ser uma ferramenta poderosa para a mudança.

Criar pressão para ocupar espaços públicos: para terem a capacidade de modificar as estruturas estatais patriarcais e neocoloniais das instituições políticas, as mulheres devem conhecer as instituições, devem sentir-se zangadas com essas instituições e devem organizar a resistência. Em muitos Estados, as pessoas decepcionam-se com a falta de funcionalidade do Estado e aceitam que a elite o detenha. Além das comunidades de origem e do aumento da sensibilização, deve haver um vínculo emocional para que as mulheres acreditem no seu poder de mudança. Nada supera uma comunidade unida e solidária, com uma causa comum. Quando o sistema político não consulta as pessoas sobre os seus interesses e ideias para organizar os bens públicos, as pessoas acabam por ter de impor as suas opiniões sobre as estruturas do Estado, através da criação / invenção de espaços. As mulheres afectadas e as suas comunidades sabem melhor quais são as políticas que querem e que precisam, e como é que devem ser organizadas. Os movimentos feministas têm que ouvir e criar soluções conjuntas para os problemas comuns.

Solidariedade e organização feminista: as feministas devem divulgar as bases conceptuais da solidariedade e da

resistência para modificar a vida política das mulheres. É necessário reavaliar o conceito da solidariedade como um fenómeno contestado e localizado. Isto revela a importância de entender a natureza afectiva e consubstanciada da solidariedade, que desenvolve o potencial ético-político da solidariedade como uma forma de resistência. (Pullen & Vachnani, 2019). Os preconceitos nas instituições formais - em relação a determinados valores, intervenientes e processos - muitas vezes implicam o favorecimento de alguns grupos e ideias em relação a outros, resultando no acesso desigual aos recursos (Lowndes, 2004). É fundamental recomendar uma alternativa feminista e solidária para organizar de forma eficaz os interesses das mulheres e construir agendas políticas partilhadas entre os partidos e os movimentos (Hassim, 2002).

O activismo intersectorial aumenta a profundidade ideológica do movimento, tornando-o assim mais convincente e inclusivo. Para recrutar activistas e contribuir para um público bem informado e com pensamento crítico, a educação política e feminista é fundamental. Para se conseguir uma organização eficaz em torno da justiça social, é essencial compreender as relações de poder, opressão e privilégio. Só assim é que se pode organizar a resistência, que pode levar a mudanças estruturais. A justiça social só é alcançada quando todos gozam dos mesmos direitos, liberdades e oportunidades em todos os sectores da sociedade, incluindo a participação económica e a tomada de decisões. A troca de conhecimentos, informações e estratégias de envolvimento entre os movimentos aumenta a eficácia da organização conjunta.

Alternativas económicas feministas: um dos desafios importantes enfrentados pelas mulheres na obtenção da

representação equitativa é a sua situação financeira. A localização sistemática e socialmente projectada das mulheres em iniciativas privadas e domésticas e áreas rurais, e o subdesenvolvimento da infra-estrutura nessas áreas, têm sido directamente responsáveis pelas condições precárias em que vive a maioria das mulheres em todo o continente. As estratégias de várias intervenientes feministas para lutar contra estas condições podem ser diferentes, mas a economia política é um denominador comum, que coloca as experiências diárias das mulheres face à violência, à exclusão económica e à privatização numa estrutura idêntica. Esta estrutura defende a solidariedade na luta contra a desigualdade e as tendências de exploração do patriarcado moderno que estão a ser perpetradas pelo capitalismo global (Grewal & Kaplan, 1994).

Ingressar num partido normalmente: o “entrismo” pode ser uma estratégia política para organizar um esforço consciente feminista na busca do poder, através do alinhamento em bloco de mulheres com um partido político. No entanto, isso só produz as vantagens desejadas quando há um alinhamento contínuo com o eleitorado mais amplo de mulheres activistas na sociedade e uma mobilização e educação política bem planeadas que garanta uma consciência partilhada e disciplina de voto do grupo.

Embora em muitos países, especialmente no sul, a possibilidade de um partido exclusivamente feminino a ganhar cada vez mais relevância possa parecer uma ambição remota, a opção do “entrismo” no partido da maioria também deve de ser um movimento direccionado e consciente, sem oportunismo. A negociação dentro do partido político pelo espaço e poder deve ser um esforço colectivo e em bloco.

Os movimentos feministas devem levar a sério os desafios e as possibilidades da solidariedade entre as mulheres para integrar os espaços políticos patriarcais fechados. Um apelo mundial à irmandade - sem a existência de uma base intersectorial para a confiança e solidariedade - não é suficiente. Uma abordagem isolacionista jamais alcançará o objectivo desejado de emancipação das mulheres e o sufrágio. Assim, é essencial criar uma solidariedade colectiva e uma ligação com alianças e colaboradores progressistas. Além de participar em movimentos na luta por interesses comuns, é fundamental a extensão dos espaços de colaboração através do reconhecimento da política informal e da acção informal nas comunidades para derrubar o status quo patriarcal na política e ir além das políticas de afirmação, por vezes simplistas e sem convicção. ■



Referências

- Akiyode-Afolabi, A. & Arogundade, L. (Eds.) (2003). *Gender Audit 2003 Elections and Other Issues on Women's Political Participation*, pp. 86.
- Aremu, T. (2004). *The Concept of Supreme Manliness and the Nigerian Female Politician Contribution to Nigerian Women and Entryism in Politics*, Gender Development Action (GADA), Nigeria
- Arnesen, S. & Peters, Y. (2018). *The Legitimacy of Representation: How Descriptive, Formal, and Responsiveness Representation Affect the Acceptability of Political Decisions*. Vol. 51(7) 868–899. SAGE Comparative Political Studies
- Ballington, J., & Karam, A. (Eds.) (2005). *Women in Parliament: Beyond Numbers*. International IDEA, Stockholm.
- Berry, M.E, Bouka, Y. & Kamuru, M.M (2020). *Implementing Inclusion, Gender Quota and Backlash in Kenya' Politics & Gender*
- Devlin, C. & Elgie, R. (2008). *The Effect of Increased Women's Representation in Parliament: The Case of Rwanda*, in *Parliamentary Affairs*, Volume 61, Issue 2, pp. 237-254.
- Dicks, C. & Govender, P. (2019). *Feminist Visions of the Future of Work*. <http://library.fes.de/pdf-files/iez/15796.pdf>
- Engels, F. (1884). *The Origin of the Family, Private Property and the State*.
- Enloe, C.H (2000). *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley University of California Press.
- Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) (2019). *Workshop Report Fourth Idea Laboratory of the African Feminist Reflection and Action Group*
- Geisler, G. (1995). *Troubled Sisterhood: Women and Politics in Southern Africa*. *African Affairs* 94, pp. 545-578
- Grewal, I. & Kaplan, C. (Eds.) (1999). *Scattered Hegemonies Post Modern and Transitional Feminist Practices*. University of Minnesota Press, Chicago.
- Gurmai, Z. & Bonifert, M. *Advancement of Women's Issues through Political Mobilization in Hungary: Impact of the Hungarian Socialist Party Quota*.
[paper presented at the International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)/CEE Network for Gender Issues Conference the Implementation of Quotas: European Experiences. Budapest, Hungary, 22–23 October 2004]
- Hassim, S. (2002). *A Conspiracy of Women: The Women's Movement in South Africa's Transition to Democracy*. *Social Research* 69, no. 3, 693–732, pp. 697.
- Heinrich Böll Stiftung (HBS) (2015). *Engendering Leadership in Africa*. [Project which took place in Kenya with participants from South Africa, Kenya, and Nigeria]
- Inglehart, R. & Norris, P. (2003) Leacock, E. *Myths of Male Dominance: Collected Articles on Women Cross-Culturally*
- Lowndes, V. (2004). *Women Social Capital and Political Participation*. *British Journal of Politics and International Relations*, Vol. 6, ISS 1, pp. 45-64.
- McCrummen, S. (2008). *Women Run the Show in a Recovering Rwanda*. *The Washington Post*, 27.10.2008, A01.
- Miraftab, F. (2004). *Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics*. <http://colfax.cortland.edu/wagadu/Volume%201/Printable/miraftab.pdf>
- Okeke, A. (2003). *Women and Politics in Nigeria's Fourth Republic*. *The Constitution: A Journal of Constitutional Development*, Centre for Constitutionalism and Demilitarisation, (CENCOD). Panaf Press, Lagos, pp. 71.
- Paxton, P. & Hughes, M.M (Eds.) (2007). *Women, Politics, and Power. A Global Perspective*. Los Angeles, Pine Forge Press.
- Pereira, C. (2002). *Understanding Women's Experiences of Citizenship in Nigeria: From Advocacy to Research*
[Paper presented at CODESRIA/Arab Research Centre Symposium on 'African Gender Research in the New Millennium: Perspectives, Directions and Challenges,' Cairo, Egypt, 7-10.04. 2003]
- Pereira, C. (2020). *Confronting the Tale of the Big Equalizer: Feminist Perspectives and Responses to the Pandemic*. Corona Briefs, FES Africa Department.
<https://www.fes.de/referat-afrika/neugikeiten-referat-afrika/confronting-the-tale-of-the-big-equalizer-feminist-perspectives-and-responses-to-the-pandemic>
- Pfau-Effinger (1998). *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*
- Pullen, A. & Vachnani, S. (2019). *Feminist Solidarity and Resistance in the #MeTooEra- Conceptual Exploration*. *Academy of Management*, Vol No 1.
- Rottenberg, C. (2018). *The Rise of Neoliberal Feminism*. Oxford University Press, Oxford
- Sitkin, L. (2017). *It's Up to You: Why Neoliberal Feminism Isn't Feminism at All*.
<https://www.opendemocracy.net/en/5050/neoliberal-feminism/>
- Tripp, A.M. (2003). *Women in Movement: Transformations in African Political Landscapes*. *International Feminist Journal of Politics*, no. 5(2), pp. 233-255.
- Wängnerud, L. (June 2009). *Women in Parliaments: Descriptive and Substantive Representation*. *Annual Review of Political Science*, Vol. 12, pp. 51-69.
<https://ssrn.com/abstract=1600551> or <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.053106.123839>
- Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) (2020): *Gender Quotas Database*
<https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas/quotas>





Sobre a série “Reflexões Feministas”

A série “Reflexões Feministas” partilha dissertações relevantes do trabalho colectivo do African Feminist Reflection and Action Group [Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção]. O grupo inclui 40 académicas feministas, activistas sociais e mulheres progressistas de sindicatos e na arena política de diversas regiões do continente Africano. Desde Novembro de 2017, o grupo reúne-se regularmente para debater de forma crítica os desafios que derivam dos padrões de desenvolvimento neoliberal e as actuais reacções políticas negativas contra as mulheres para o activismo feminista africano contemporâneo. Os encontros têm sido facilitados pelo escritório da Friedrich-Ebert-Stiftung em Moçambique.

Sobre o autor:

Abiola Akiyode-Afolabi é professora da Universidade de Lagos, advogada, feminista e activista dos direitos civis Nigeriana. É a directora fundadora do Women Advocates Research and Documentation Centre - WARDC, uma organização não governamental de defesa da saúde materna e reprodutiva que se concentra na promoção do respeito pelos direitos humanos, igualdade de género, equidade e justiça social na Nigéria. Abiola formou-se em direito e possui um diploma de mestrado em direito internacional dos direitos humanos da University of Notre Dame, EUA (1999), e um grau de doutoramento da University of London com especialização em paz e segurança da mulher.

**FRIEDRICH
EBERT** 
STIFTUNG

Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique

Av. Tomás Nduda 1313, Maputo, Mozambique

Tel.: 258 21 491231 | Fax.: +258 21 490286

Email: info@fes-mozambique.org | www.fes-mozambique.org

© Friedrich-Ebert-Stiftung 2018

ISBN: 078-989-54223-6-4

Design - João Athayde e Melo | Ilustração - Ruth Bañon

O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich Ebert Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. Esta publicação pode ser citada, ou em extractos reproduzida, desde que a fonte seja devidamente reconhecida. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente da FES.